# MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2016

A Administração da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. apresenta o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Identificação**

| | |
|---|---|
| **Nome completo e sigla** | MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. |
| **CNPJ** | 33.224.254/0001-42 |
| **Natureza jurídica** | Empresa Pública |
| **Endereço** | Sede: Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12°, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.170-000 |
| **Endereço Web** | www.mgs.srv.br |

**Perfil**

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública nos termos dos artigos 125 a 129 da Lei Estadual nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, e suas alterações. Vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG do Estado de Minas Gerais, a MGS teve a sua área de atuação ampliada para o nível Federal, além dos Estados, Distrito Federal e Municípios, por força do artigo 184 da Lei Estadual nº 22.257, de 27/07/2016.

Com foco na sustentabilidade empresarial e comprometida com a valorização profissional tem por missão atender com excelência, segurança e transparência a administração pública, prestando serviços técnicos administrativos e gerais, e visando ser referência na prestação de serviços. Oferecendo serviços de apoio operacional e apoio técnico especializado, limpeza, conservação, controle de fluxo de bens e pessoas, gestão de documentos e manutenção predial e patrimonial, além de administração de condomínios, seu faturamento bruto em 2016 foi da ordem de R$ 771.000.000 (R$ 718.000.000 em 2015).

No final do exercício de 2016, a MGS contou com um quantitativo em torno de 18.000 empregados (18.500 em 2015) para atender seus 62 clientes, entre órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal de Minas Gerais, localizados em 147 municípios mineiros e no Distrito Federal.

**Ambiente Virtual**

Objetivando incrementar a eficiência e eficácia nos processos de trabalho da MGS, com institucionalização do conhecimento e transparência de suas informações, foi criado um ambiente virtual, denominado de Portfolio de Projetos da MGS, no qual estão disponíveis os projetos relacionados aos objetivos estratégicos e metas da empresa.

**Desenvolvimento Tecnológico**

Visando melhorar os processos e controles das informações foi aprimorado o sistema de atendimento das demandas institucionais de informática, permitindo o registro e acompanhamento das solicitações internas, em consonância com as boas práticas em infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI.

**Desenvolvimento Cultural**

Por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, a Empresa patrocinou diversos projetos. A iniciativa tem a finalidade de fomentar o desenvolvimento cultural e fortalecer as políticas sociais junto aos seus empregados e à sociedade.

**Novo Modelo de Contratação**

Em agosto de 2016 iniciou-se um novo modelo de contratação entre a MGS e o Estado de Minas Gerais. A SEPLAG, através da Subsecretaria do Centro de Serviços Compartilhados - CSC foi denominada a Gestora Central do contrato entre a MGS e os órgãos. Dentre as principais alterações, este modelo de contratação trouxe, além da racionalização dos processos, a contratação por postos de trabalho e quantitativos por órgão.

**Gestão de Pessoas**

Em 2016 a MGS implantou seu novo Normativo de Empregos e Salários, estabelecendo os salários dos empregados de acordo com valores de mercado, corrigindo distorções históricas provocadas pelo extinto Plano de Cargos, Salários e Carreiras - PCSC, e regulamentando toda estrutura e operacionalização do quadro de empregos da MGS, estabelecendo diretrizes e regras relativas aos empregos, salários, atribuições, gratificações e provimento.

Nesse mesmo contexto, no exercício de 2016, a MGS, para suprir a demanda reprimida de empregados e/ou abertura de postos de trabalho não previstos, realizou 02 Processos Seletivos Públicos Simplificados, nos termos do Acordo Judicial celebrado na 21ª Vara do Trabalho, Processo 1031/2000, imprimindo maior dinamismo em suas contratações, permitindo um atendimento mais eficiente e qualificado junto a seus clientes.

Na busca pela redução de despesas, otimização de processos de trabalho, melhoria na qualidade de vida dos nossos empregados e adequação do nosso quadro reserva ao novo contrato corporativo celebrado com o Estado, foram realizados estudos para a extinção do Quadro de Apoio Operacional - QAO e a implantação do Núcleo Logístico de Pessoas - NULOP, com a inserção da atividade de Suporte Remoto e a aplicação de sistema de georreferenciamento para melhor alocação de nossos empregados, o que demonstrou uma redução de despesas em torno de R$ 665.000 mensais a partir de agosto de 2016, quando comparada à média mensal de janeiro a julho de 2016, incluindo as despesas com a folha, o aluguel referente ao imóvel locado e demais gastos com sua operação e manutenção.

Ainda, na busca por uma prestação de serviços aderente às necessidades dos clientes, procedemos à revisão de vários procedimentos, tais como: processo administrativo de admissão, treinamento e demissão; reformulação do catálogo de uniformes da empresa; revisão de adicionais de insalubridade e periculosidade; controle de absenteísmo; treinamentos multisetoriais, dentre outros.

A Diretoria Executiva contratou Auditoria Externa para avaliar as rotinas de Folha de Pagamento da empresa e não foi detectado nenhum desvio ou mau uso de recursos, sendo recomendadas apenas melhorias em alguns processos de trabalho das áreas que perpassam a folha de pagamento.

Foram realizados 6.517 treinamentos, em Belo Horizonte, Região Metropolitana e cidades do interior de Minas Gerais. Houve uma reformatação dos processos de treinamento, permitindo reduzir os gastos com deslocamento das equipes de treinamento, que se deslocavam para o interior em atendimento aos hospitais e clientes locais, e abrangeu uma quantidade significativa de empregados. 99,99% da programação dos treinamentos designados obrigatórios, realizados nos hospitais dos nossos clientes, foi cumprida.

Outra inovação foi a implantação do Projeto Piloto no Hospital do IPSEMG, Centro de Especialidades Médicas - CEM e Gerência Odontológica - GEODONT, que promoveu alteração das rotinas, ferramentas de gestão e integração de processos, visando melhoria da qualidade dos trabalhos e em observância às particularidades de cada hospital.

**Reformulações administrativas**

Em decorrência da reforma administrativa do Estado, proposta pelo Governador Fernando Damata Pimentel e aprovada pela Assembleia Legislativa, foi promulgada a Lei Estadual nº 22.285, de14/09/2016, que extinguiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, acionista da MGS. Com o status de Subsecretaria as finalidades da autarquia foram transferidas para a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI), que a sucedeu nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações.

**Nova Estrutura Organizacional**

Resultado de um longo trabalho que se iniciou no primeiro semestre de 2016, com o mapeamento e redesenho de todos os processos de trabalho executados na Administração Central da Empresa, a MGS aprovou em novembro de 2016, junto ao seu Conselho de Administração, a nova estrutura organizacional da Empresa, a qual entrou em vigor a partir de 1º/01/2017.

**Perspectivas e planos futuros**

Além da nova estrutura organizacional da MGS, implantada a partir de 1º de janeiro deste ano, foram apresentadas, também, e aprovadas pelo Conselho de Administração as estratégias de longo prazo, estabelecidas para o período de 2017 a 2021, pautadas em aumentar a satisfação do cliente, aprimorar a rentabilidade dos contratos, racionalizar e adequar a estrutura operacional da Empresa e diversificar os serviços oferecidos.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017.
A ADMINISTRAÇÃO

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Reais - Com centavos omitidos)

| ATIVO | Notas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 24.975.458 | 68.104.613 |
| Bloqueios judiciais | 5 | 2.876.802 | 3.882.788 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 115.491.753 | 51.737.180 |
| Adiantamentos a empregados | 7 | 2.343.961 | 3.283.158 |
| Estoques | 8 | 2.289.155 | 2.506.078 |
| Tributos a recuperar | 9 | 9.636.442 | 9.453.317 |
| Despesas pagas antecipadamente | 10 | 7.722.429 | 6.286.662 |
| Depósitos em garantia (cauções) | 11 | - | 2.484.802 |
| Outros ativos circulantes | 12 | 7.751.196 | 7.578.635 |
| | | **173.087.196** | **155.317.233** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | | |
| Depósitos judiciais | 13 | 17.969.380 | 13.019.434 |
| Outros créditos de longo prazo | 14 | - | 2.060.040 |
| **INVESTIMENTOS** | 15 | 1.201.604 | 1.201.604 |
| **IMOBILIZADO** | 16 | 4.211.275 | 4.876.285 |
| **INTANGÍVEL** | 17 | 2.358.182 | 3.123.394 |
| | | **25.740.441** | **24.280.757** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **198.827.637** | **179.597.990** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Notas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | | 5.585.272 | 4.618.979 |
| Salários e ordenados a pagar | | 22.131.148 | 21.161.621 |
| Obrigações sociais a recolher | 18 | 6.098.994 | 7.204.200 |
| Obrigações tributárias | 19 | 23.137.544 | 16.978.979 |
| Férias e encargos sociais a pagar | | 51.875.522 | 49.138.741 |
| Provisão para rescisões contratuais | | 83.227 | 69.640 |
| Dividendos e JSCP a pagar | 20 | 15.893.089 | 15.893.089 |
| Garantias contratuais | 21 | - | 2.637.993 |
| Outros passivos circulantes | 22 | 3.577.073 | 4.248.337 |
| | | **128.381.869** | **121.951.579** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Contingências trabalhistas | 23 | 29.220.091 | 23.340.287 |
| Contingências cíveis | 23 | 544.381 | 510.772 |
| | | **29.764.472** | **23.851.059** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| Capital social | 24a | 37.782.631 | 24.560.206 |
| Reservas de lucros | 24b | 2.898.665 | 9.235.146 |
| | | **40.681.296** | **33.795.352** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **198.827.637** | **179.597.990** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Reais - Com centavos omitidos)

| | Capital social | Reservas de Lucros - Reserva legal | Reservas de Lucros - Retenção de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Patrimônio líquido total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2014** | **24.560.206** | **2.554.368** | **12.598.690** | **-** | **39.713.264** |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (5.917.912) | (5.917.912) |
| Compensação do prejuízo do exercício | - | - | (5.917.912) | 5.917.912 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2015** | **24.560.206** | **2.554.368** | **6.680.778** | **-** | **33.795.352** |
| Lucro do exercício | - | - | - | 6.885.945 | 6.885.945 |
| Reserva legal | - | 344.297 | - | (344.297) | - |
| Aumento de capital | 13.222.425 | - | (6.680.778) | - | 6.541.647 |
| Reservas de lucros | - | - | - | (6.541.648) | (6.541.648) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2016** | **37.782.631** | **2.898.665** | **-** | **-** | **40.681.296** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Reais - Com centavos omitidos, exceto lucro por ação)

| | Notas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA LÍQUIDA** | 25 | **666.726.387** | **621.962.479** |
| **CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS** | 26 | **(596.698.789)** | **(569.829.695)** |
| **LUCRO BRUTO** | | **70.027.598** | **52.132.784** |
| **(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS** | | | |
| Despesas com pessoal | | (41.655.723) | (42.112.647) |
| Despesas gerais e administrativas | | (15.533.217) | (18.075.687) |
| Despesas tributárias | | (214.391) | (171.904) |
| Despesas judiciais | | (19.904.164) | (14.261.974 |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | | 5.960.843 | 7.376.033 |
| **LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO** | | **(1.319.054)** | **(15.113.395)** |
| Despesas financeiras | | (357.356) | (408.215) |
| Receitas financeiras | | 8.917.145 | 1.082.567 |
| **LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | | **7.240.735** | **(4.439.043)** |
| Contribuição social | | (99.239) | (403.164) |
| Imposto de renda | | (255.551) | (1.075.705 |
| **LUCRO (PREJUÍZO) LIQUIDO DO EXERCÍCIO** | | **6.885.945** | **(5.917.912)** |
| Lucro (prejuízo) por ação do capital social | | 0,69 | (0,59) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Reais - Com centavos omitidos)

| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Recebimentos de clientes | 616.189.043 | 642.232.271 |
| Resgates de bloqueios judiciais | 12.610.526 | 1.684.337 |
| Resgates de depósitos judiciais | 1.188.712 | 746.672 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 4.290.242 | 5.165.841 |
| Recebimentos de dividendos e juros | - | 243.012 |
| Outros recebimentos provenientes das operações | 158.787 | 259.807 |
| Pagamentos a fornecedores | (21.941.768) | (24.107.957) |
| Pagamentos de despesas com pessoal | (351.579.491) | (337.501.696) |
| Pagamentos de despesas antecipadas | (87.510.221) | (81.566.420) |
| Pagamentos de tributos federais | (162.286.911) | (151.768.184) |
| Pagamentos de tributos estaduais | (2.850) | (2.688) |
| Pagamentos de tributos municipais | (24.817.226) | (22.706.053) |
| Pagamentos de indeniz. e desp. em processos judiciais | (3.615.124) | (3.303.377) |
| Constituição de bloqueios judiciais | (16.282.190) | (3.500.307) |
| Constituição de depósitos judiciais | (7.731.753) | (7.526.467) |
| Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais | (1.209.728) | (1.502.215) |
| **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **(42.539.952)** | **16.846.576** |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Pagamentos na aquisição à vista de bens do imobilizado | (11.437) | (76.990) |
| Pagamentos na aquisição à vista do intangível | (577.766) | (688.846) |
| **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | **(589.203)** | **(765.836)** |
| **(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **(43.129.155)** | **16.080.740** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 68.104.613 | 52.023.873 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 24.975.458 | 68.104.613 |
| **(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **(43.129.155)** | **16.080.740** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Reais - Com centavos omitidos)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão -SEPLAG. Tem como objeto social a prestação de serviços técnicos administrativos e gerais, nos seguintes setores: I. locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II. administração de estacionamentos rotativos; III. administração de condomínios; IV. recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V. gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI. execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII. administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII. gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX. fornecimento, revenda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; X. administração e representação de ações trabalhistas.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09; as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a legislação societária; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da empresa, com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

Em 16 de fevereiro de 2017, a Administração da empresa aprovou estas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

**a. Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes à prestação de serviços são transferidos para os clientes.

**b. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**c. Imposto de renda e contribuição social**

A empresa adotou o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução, evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos públicos, não recebidas dentro do exercício.

**d. Plano previdencial**

Desde agosto de 1992 a MGS é patrocinadora de um Plano de Previdência junto à Fundação Libertas de Seguridade Social, antes denominada PREVIMINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, estruturado na modalidade de plano de benefício definido, com o objetivo de suplementar auxílios doença e aposentadorias (por idade, por invalidez ou por tempo de contribuição) concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e Administradores. Os cálculos atuariais indicaram que não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a referida Fundação.

**e. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são continuamente revisadas, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da empresa nos itens aplicáveis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Perdas Estimadas em Créditos de Difícil Liquidação, provisões para rescisões contratuais, perdas com contingências, entre outras.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Caixa | 23.134 | 2.579 |
| Bancos conta movimento | 91.071 | 20.148 |
| Aplicações financeiras | 24.861.253 | 68.081.886 |
| **Totais** | **24.975.458** | **68.104.613** |

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

### 5. BLOQUEIOS JUDICIAIS

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Os valores estão bloqueados nos bancos conforme quadro a seguir:

| Bancos | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Banco Itaú | 2.464.751 | 3.882.788 |
| Banco do Brasil | 86.297 | - |
| Caixa Econômica Federal | 60.222 | - |
| Bradesco | 265.532 | - |
| **Totais** | **2.876.802** | **3.882.788** |

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| Descrição | Saldos a Vencer | Vencidos até 360 dias | Vencidos há mais de 360 dias | 31/12/2016 Valor Líquido | 31/12/2015 Valor Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Contas a Receber | 59.319.884 | 56.171.869 | 5.955.246 | 121.446.999 | 58.631.061 |
| (-) Perdas Estimadas em Créditos de Difícil Liquidação (PECDL) | - | - | (5.955.246) | (5.955.246) | (6.893.881) |
| **Totais** | **59.319.884** | **56.171.869** | **-** | **115.491.753** | **51.737.180** |

Os valores a receber são provenientes da prestação de serviços e registrados no ativo circulante pelo valor líquido realizável.

As Perdas Estimadas em Créditos de Difícil Liquidação (PECDL) foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da Administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas e são constantemente avaliadas, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos com risco de perdas quanto aos recebimentos. São calculadas baseadas na análise individual de cada título vencido há mais de 1 (um) ano e por cliente, após adotadas as providências administrativas e legais para o seu ressarcimento. Estes valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

A movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Difícil Liquidação no exercício de 2016 e 2015 é como segue:

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | 6.893.881 | 3.127.783 |
| Constituições | 4.197.023 | 4.073.771 |
| Baixas | (5.135.658) | (307.673) |
| **Saldo Final** | **5.955.246** | **6.893.881** |

### 7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Representados basicamente por antecipação de férias a empregados e adiantamentos de diárias de viagens no valor de R$ 2.343.961 (R$ 3.283.158 em 2015).

### 8. ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por vestuário, material de limpeza, equipamentos de proteção individual e outros materiais utilizados na prestação dos serviços. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição.

### 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão representados, por retenções de Imposto de Renda, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como apresentado no quadro a seguir:

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Imposto de renda | 8.296.477 | 8.489.825 |
| Contribuição social | 85.124 | 378.989 |
| PIS | 132.587 | 104.115 |
| COFINS | 611.826 | 480.388 |
| INSS | 510.428 | - |
| **Totais** | **9.636.442** | **9.453.317** |

### 10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende antecipações pela aquisição de créditos de vale-transporte e vale-alimentação.

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Vale-transporte | 1.932.183 | 1.562.988 |
| Vale-alimentação | 5.790.246 | 4.723.674 |
| **Totais** | **7.722.429** | **6.286.662** |

### 11. DEPÓSITOS EM GARANTIA (CAUÇÕES)

| Conta | Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| 00009340-8 | MGS PBH Caução 6991170 | - | 1.726.688 |
| 00009333-5 | MGS PBH Caução 6991194 | - | 758.114 |
| **Totais** | | **-** | **2.484.802** |

Trata-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte de recursos relativos a garantia oferecida no contrato de prestação de serviços celebrado com a MGS. Os valores que foram resgatados e creditados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em maio de 2016 estavam aplicados em Fundos de Investimentos com carteira de Títulos Públicos Federais do Banco do Brasil - Fundo BB CP Administrativo Soberano.

### 12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, registradas ao custo.

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Valores a receber - reforma ed. Lutétia | 7.527.266 | 7.527.266 |
| Dividendos a receber | 138.428 | - |
| JSCP a receber | 27.113 | - |
| Outros | 58.389 | 51.369 |
| **TOTAIS** | **7.751.196** | **7.578.635** |

**Reforma do Edifício Lutétia**

O saldo corresponde aos gastos com a reforma do imóvel situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro - Belo Horizonte-MG, de propriedade do IPSEMG, corrigido pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, cujas obras de reforma e adaptação ficaram sob a responsabilidade da MGS, haja vista que o mesmo seria destinado à instalação da sede da empresa, conforme Contrato de Cessão Onerosa de Uso de Bem Imóvel, firmado entre o IPSEMG e a MGS, com interveniência da SEPLAG, no ano de 2006 (Contrato nº 342/2006).

Em 2010 as obras de reforma passaram a ser de responsabilidade do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP-MG.

# MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Em Reais - Com centavos omitidos)

De acordo com a decisão registrada em ata da 120ª reunião ordinária do Conselho de Administração da MGS, de 28 de setembro de 2011, e o Contrato nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel nº 01/2012), de 15 de abril de 2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel (Edifício Lutétia) abrigaria a "Casa de Direitos Humanos", figurando, a MGS, como interveniente juntamente com a SEPLAG no retrocitadoTermo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE. Com a criação da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - SEDPAC, em março de 2015, todos os contratos e obrigações referentes à pauta de Direitos Humanos até então sob a gestão da SEDESE, foram transferidos para a SEDPAC, inclusive o ressarcimento dos gastos incorridos por esta Empresa com a reforma do Edifício Lutétia.

### 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A conta registra depósitos judiciais e recursais decorrentes de processos trabalhistas.

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Depósitos recursais | 16.349.885 | 11.153.120 |
| Depósitos trabalhistas | 1.619.495 | 1.866.314 |
| **Totais** | **17.969.380** | **13.019.434** |

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal - CEF, e creditados nas contas vinculadas do FGTS.
Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

### 14. OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Refere-se a créditos vinculados ao processo trabalhista nº 0238500-44.1993.5.03.0114, com pedido de horas extras, transitado em julgado, no valor de R$ 2.060.040, registrado também em "Contingências Trabalhistas", no Passivo Não Circulante, em face do disposto no art. 41 da Lei n.º 11.050, de 19 de janeiro de 1993, e art. 54 da Lei n.º 10.827, de 23 de julho de 1992, cuja condenação seria objeto de ressarcimento pelo Estado à MGS.
Após primeira homologação, em fase de execução foram bloqueados em 2010 o montante de R$ 2.862.870 em conta bancária da Empresa, classificados no grupo contábil "Bloqueios Judiciais". Com provimento de recurso da MGS, após o bloqueio, foi determinada a realização de nova perícia contábil, na qual foi homologado o valor bruto de R$ 30.589 a favor do reclamante. A diferença entre o valor bloqueado e o cálculo homologado, no valor bruto de R$ 4.323.949, devidamente atualizado, foi desbloqueado em favor da MGS em 2016, e o processo arquivado em junho do mesmo ano.

### 15. INVESTIMENTOS

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| CEMIG | 1.195.858 | 1.195.858 |
| Outros | 5.746 | 5.746 |
| **Totais** | **1.201.604** | **1.201.604** |

Registrado ao custo de aquisição, o investimento remanescente na CEMIG, composto por 401.369 ações preferenciais nominativas, representa 99,52% do total dos investimentos.

### 16. IMOBILIZADO

| Imobilizado | 31/12/2016 Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | 31/12/2015 Valor líquido |
|---|---|---|---|---|
| Aparelhos telefônicos | 18.800 | (15.045) | 3.755 | 4.858 |
| Computadores e periféricos | 4.672.060 | (3.452.864) | 1.219.196 | 1.309.475 |
| Edificações | 47.499 | (43.608) | 3.891 | 3.891 |
| Ferramentas | 40.872 | (25.515) | 15.357 | 9.789 |
| Instalações | 257.544 | (177.508) | 80.036 | 102.346 |
| Máquinas e equipamentos | 2.240.135 | (1.233.262) | 1.006.873 | 1.189.039 |
| Móveis e utensílios | 3.892.599 | (2.282.168) | 1.610.431 | 1.907.093 |
| Terrenos | 242.670 | - | 242.670 | 242.670 |
| Veículos | 487.256 | (458.190) | 29.066 | 107.124 |
| **Totais** | **11.899.435** | **(7.688.160)** | **4.211.275** | **4.876.285** |

O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado.

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

| Descrição | Saldo em 31/12/2015 | Adições | Baixas | Depreciação | Ajustes | Saldo em 31/12/2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Aparelhos telefônicos | 4.858 | - | (1.776) | 673 | - | 3.755 |
| Computadores e periféricos | 1.309.475 | 525.066 | (116.349) | (498.996) | - | 1.219.196 |
| Edificações | 3.891 | - | - | - | - | 3.891 |
| Ferramentas | 9.789 | 8.260 | (1.391) | (1.301) | - | 15.357 |
| Instalações | 102.346 | - | (19.224) | (3.086) | - | 80.036 |
| Máquinas e equipamentos | 1.189.039 | 5.281 | (134.291) | (53.156) | - | 1.006.873 |
| Móveis e utensílios | 1.907.093 | 7.232 | (21.811) | (282.083) | - | 1.610.431 |
| Terrenos | 242.670 | - | - | - | - | 242.670 |
| Veículos | 107.124 | - | - | (78.058) | - | 29.066 |
| **Totais** | **4.876.285** | **545.839** | **(294.842)** | **(916.007)** | **-** | **4.211.275** |

| Descrição | Saldo em 31/12/2014 | Adições | Baixas | Depreciação | Ajustes | Saldo em 31/12/2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Aparelhos telefônicos | 8.622 | - | (7.302) | 2.599 | 939 | 4.858 |
| Computadores e periféricos | 1.931.455 | - | (69.307) | (628.594) | 75.921 | 1.309.475 |
| Edificações | 3.891 | - | - | (1.900) | 1.900 | 3.891 |
| Ferramentas | 12.170 | - | (2.550) | (2.073) | 2.242 | 9.789 |
| Instalações | 1.448.973 | - | (2.616.935) | 1.260.201 | 10.107 | 102.346 |
| Máquinas e equipamentos | 1.702.762 | 19.064 | (801.699) | 196.235 | 72.677 | 1.189.039 |
| Móveis e utensílios | 3.016.086 | 52.750 | (2.503.406) | 1.268.166 | 73.497 | 1.907.093 |
| Terrenos | 242.670 | - | - | - | - | 242.670 |
| Veículos | 185.182 | - | - | (70.952) | (7.106) | 107.124 |
| **Totais** | **8.551.811** | **71.814** | **(6.001.199)** | **2.023.682** | **230.177** | **4.876.285** |

Em 2015 foi realizada, por empresa especializada, revisão dos parâmetros que levam à definição da vida útil e valor residual dos bens, ocasião em que foi procedido ajuste na depreciação conforme movimentação. Já o teste de recuperabilidade indicou que seu valor contábil não excedeu o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer perda por "Impairment".
Em 2016 não ocorreram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram detectados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.
Em dezembro de 2016 foram incorporados ao ativo imobilizado da Empresa 811 microcomputadores com valor residual unitário de R$647,43, objeto do contrato J.010.0.2012, cláusula 9ª, celebrado com a CIMCORP - Comércio Internacional e Informática S.A..

### 17. INTANGÍVEL

| Intangível | 31/12/2016 Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | 31/12/2015 Valor líquido |
|---|---|---|---|---|
| Software - Direito de uso | 1.282.900 | (1.029.320) | 253.580 | 440.540 |
| Software - Direito de uso - V. útil definida | 2.091.008 | (2.091.006) | 2 | 592.454 |
| Software - Direito de uso - V. útil indefinida | 2.104.600 | - | 2.104.600 | 2.090.400 |
| **Totais** | **5.478.508** | **(3.120.326)** | **2.358.182** | **3.123.394** |

Estão representados, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI).
Os ativos intangíveis da empresa são mensurados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC 04.

Em 2015 os valores contábeis dos seus bens tiveram a estimativa de vida útil econômica e valores residuais individualmente revisadospor empresa especializada, sendo necessário efetuar ajuste no valor amortizado, conforme movimentação. Não foi necessário reconhecer perda por "Impairment".
Em 2016 não houveram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram identificados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis (CPC 01).

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

| Descrição | Saldo em 31/12/2015 | Adições | Baixas | Amortização | Ajustes | Saldo em 31/12/2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Software - Direito de uso | 440.540 | - | (5.932) | (181.028) | - | 253.580 |
| Software - Direito de uso - V. útil definida | 592.454 | - | - | (592.452) | - | 2 |
| Software - Direito de uso - V. útil indefinida | 2.090.400 | 14.200 | - | - | - | 2.104.600 |
| **Totais** | **3.123.394** | **14.200** | **(5.932)** | **(773.480)** | **-** | **2.358.182** |

| Descrição | Saldo em 31/12/2014 | Adições | Baixas | Amortização | Ajustes | Saldo em 31/12/2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Software - Direito de uso | 653.788 | - | (64.410) | (139.692) | (9.146) | 440.540 |
| Software - Direito de uso - V. útil definida | 1.184.905 | - | - | (836.403) | 243.952 | 592.454 |
| Software - Direito de uso - V. útil indefinida | 2.090.400 | - | - | - | - | 2.090.400 |
| **Totais** | **3.929.093** | **-** | **(64.410)** | **(976.095)** | **234.806** | **3.123.394** |

### 18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis no exercício subsequente, conforme descrição a seguir:

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| INSS | 3.533.860 | 4.713.621 |
| FGTS | 2.502.436 | 2.338.139 |
| Contribuição sindical | 62.698 | 152.440 |
| **Totais** | **6.098.994** | **7.204.200** |

### 19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF), vencíveis no exercício subsequente, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações está incluído o montante referente aos tributos diferidos relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos.
O PIS e COFINS são calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa.
Os serviços prestados pela MGS, acobertados com a emissão de NFS-e, não estão sujeitos à retenção do ISSQN na fonte, conforme regime especial nº 045.506-A (processo nº 01.058613.13.50), concedido a partir de 1º de agosto de 2013 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cabendo-lhe o recolhimento do tributo quando este for devido no município de Belo Horizonte.

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| PIS | 1.365.656 | 1.378.198 |
| COFINS | 6.294.482 | 6.354.926 |
| ISSQN | 2.369.711 | 1.942.708 |
| IRRF | 951.075 | 1.005.224 |
| CSRF - contrib. sociais retidas na fonte | 13.888 | 20.225 |
| PIS diferido | 2.166.001 | 1.119.804 |
| COFINS diferido | 9.976.731 | 5.157.894 |
| **Totais** | **23.137.544** | **16.978.979** |

### 20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Refere-se a valores de dividendos e JCP apurados nos exercícios de 2007 a 2013, devidos ao acionista Estado de Minas Gerais.

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Dividendos | 15.883.060 | 15.883.060 |
| JSCP | 10.029 | 10.029 |
| **Totais** | **15.893.089** | **15.893.089** |

### 21. GARANTIAS CONTRATUAIS

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Prefeitura de Belo Horizonte | - | 2.637.993 |
| **Totais** | **-** | **2.637.993** |

Trata-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte como garantia oferecida no contrato de prestação de serviços com a MGS, resgatados e creditados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em maio de 2016. Vide nota nº 11.

### 22. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Representados por "obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos" e "outras contas a pagar", exceto fornecedores de materiais do estoque, relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, aquisições do intangível, serviços de terceiros, etc.

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Obrigações com desc. folha pagamento | 1.442.400 | 1.583.127 |
| Aluguéis e condomínios | 308.440 | 385.039 |
| Serviços de terceiros | 273.101 | 117.181 |
| Despesas com máquinas e equiptos a pagar | 407.907 | 553.111 |
| Despesas com veículos a pagar | 70.960 | 64.758 |
| Aquisições do intangível | 400.205 | 974.023 |
| Seguros | 276.777 | 259.368 |
| Obrigações com clientes | 166.850 | 44.295 |
| Serviços de informática | 131.963 | 136.220 |
| Outros | 98.470 | 131.215 |
| **Totais** | **3.577.073** | **4.248.337** |

### 23. CONTINGÊNCIAS

A empresa é parte em processos trabalhistas e cíveis perante tribunais e órgãos governamentais, nos quais são requeridos danos morais e materiais, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal de suas operações. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e com base na opinião de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.
As provisões para contingências são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

**ISS incidente sobre vale alimentação**

Em julho de 2016 a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. apresentou à Prefeitura de Belo Horizonte reclamação contra o lançamento tributário lavrado no processo 01.048278.16.34, por discordar da inclusão na base cálculo do ISS o valor referente ao vale-alimentação fornecido aos seus empregados, reembolsado pelos tomadores de serviço. Em julho em 2016 o auto de infração 0.041-379-A apurou um débito no valor de R$ 9.859.745, incluída correção monetária, multa de 70% sobre o valor do imposto e juros de mora. O escritório de advocacia contratado para acompanhar o processo apresentou o prognóstico de perda possível diante da inexistência de precedente específico sobre caso idêntico ou similar, sendo assim, não foi constituída provisão para contingência.

### 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social**

O capital social de R$ 37.782.631 em 31/12/2016 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como único Acionista o Estado de Minas Gerais, com a extinção do antigo Acionista Imprensa Oficial do Estado de MG, que detinha a participação de 1%, nos termos da Lei Estadual nº 22.285/2016.

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Capital social | 37.782.631 | 24.560.206 |
| Reserva legal | 2.898.665 | 2.554.368 |
| Retenção de lucros | - | 6.680.778 |
| **Totais** | **40.681.296** | **33.795.352** |

**Destinação dos lucros**

Em conformidade com a Lei das S.A., alterada pela Lei 11.638/07, foi proposto aumento do Capital Social no montante de R$ 13.222.425, mediante capitalização integral do lucro do exercício (R$ 6.541.648) e reservas de lucros (R$ 6.680.778).

**b) Reserva de Lucros**

As reservas de lucros são compostas em sua totalidade por reserva legal no valor de R$2.898.665, constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício e de períodos anteriores, não excedendo a 20% do Capital Social.

### 25. RECEITA LÍQUIDA

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Receita bruta na venda de serviços | 771.065.455 | 718.106.804 |
| Impostos e contribuições incidentes s/ as vendas | (103.797.976) | (96.114.798) |
| Descontos, devoluções e cancelamentos | (541.092) | (29.527) |
| **Receita líquida** | **666.726.387** | **621.962.479** |

A empresa integra o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Portaria RFB 11.213/07 e se enquadra como empresa de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei n.º 11.638/2007, em decorrência da receita bruta anual ser superior a R$ 300.000.000.

### 26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados estão compostos conforme segue:

| Descrição | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Remuneração | 376.994.185 | 358.413.119 |
| Encargos | 141.608.992 | 135.400.790 |
| Benefícios | 61.626.794 | 58.365.405 |
| Logística e materiais | 6.478.358 | 6.803.825 |
| Aluguéis, equipamentos e serviços | 4.687.604 | 6.700.830 |
| Viagens | 5.302.856 | 4.145.726 |
| **Totais** | **596.698.789** | **569.829.695** |

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA -** Presidente
**CARLOS VANDERLEY SOARES -** Vice-Presidente
**ALCIONE MARIA MARTINS COMONIAN -** Conselheira
**FRANCISCO EDUARDO MOREIRA -** Conselheiro
**JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO DA SILVA -** Conselheiro
**NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ -** Conselheiro
**OTÍLIO PRADO** - Conselheiro

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**CARLOS VANDERLEY SOARES -** Diretor-Presidente
**JAQUELINE DE SOUZA FIGUEIREDO SOARES -** Diretora Vice-Presidente
**ADRIANA FREITAS MARIANO -** Diretora
**JOSÉ MAURÍCIO SALGADO -** Diretor
**DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES -** Diretor

**WALTER PEREIRA DE CASTRO -** Contador CRCMG 065070/O-0

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A**
Belo Horizonte - MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017

**SOLTZ, MATTOSO & MENDES**
**Auditores Independentes**
CRCMG Nº 002.684/O

**Fernando Antonio Lopes Matoso**
Contador CRCMG 11.628/O-3

**Isaias Rotstein Soltz**
Contador CRCMG 18.253/O-6

Prefeitura Municipal de Piedade de Caratinga. Objeto: Acordo de Cooperação para implantação de um escritório de atendimento no município de Piedade de Caratinga. Prazo: 48 meses a partir da data da assinatura em 19-05-2017.
Extrato do termo de permissão de uso de veículo à título gratuito. Partes: IMA e Prefeitura Municipal de Sacramento. Objeto: Permissão de uso de veículo IMA patrimônio nº24602981. Prazo: 24 meses a partir da data de sua assinatura em 19-05-2017.

**18 cm -22 964392 - 1**

## Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais

COPASA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0122 – PES
Objeto: Serviços de manutenção em inversores de frequência e soft starter. Proposta vencedora: Dakron Automação Comércio de Peças Elétricas Ltda., no valor total de R$ 318.996,60.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0187 – PEM
Objeto: Baterias para Nobreaks. Proposta vencedora: Sec Power Comercial Importadora e Exportadora Ltda. no valor total de R$ 120.000,00

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0188 – PES
Objeto: Lavagem e Higienização de Uniformes. Proposta Vencedora: Silvio Agmar Martins, no valor de R$ 48.921,60.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0147 – PEM
Objeto: Conjunto motobomba. Proposta vencedora: Belô Bombas Eireli, no valor total de R$ 17.560,00.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0129 – PEM
Objeto: Conjunto Motomba Submerso. Proposta vencedora: Belô Bombas Eireli, no valor total de R$ 31.850,76.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0106 – PES
Objeto: Manutenção bombas ABS/SULZER. Proposta vencedora: DMB Distribuidora Mineira Bombas, no valor total de R$ 602.996,78.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0134 – PEM
Objeto: Conjunto Motobomba Horizontal. Resultado: Encerrado. Não houve empresa vencedora, conforme consta dos autos.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0155 – PEM
Objeto: Dispositivo Plástico Lacre. Proposta vencedora: Suely Valquíria Jagher e Silva, no valor de R$ 116.000,00.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0207 – PEM
Objeto: Ferramental para Aparelhamento de Manutenção Eletromecânica. Resultado: Encerrado. Não houve empresas interessadas, conforme consta dos autos.

JULGAMENTO
Tomada de Preços Nº CPLI.0920170050
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de Recuperação Estrutural do Laboratório Regional Nordeste na cidade de Teófilo Otoni / MG. Vencedora: SANEPLAN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Valor: R$ 163.638,17.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0217 – PES (EXCLUSIVO PARA ME/EPP).
Objeto: Serviços de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios. Dia da Licitação: 06 de junho de 2017 às 08:45 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 24/05/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0237 – PEM (EXCLUSIVO PARA ME/EPP).
Objeto: Conjunto Motobomba Horizontal 50cv. Dia da Licitação: 07 de junho de 2017 às 14:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 25/05/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0205– PES (EXCLUSIVO PARA ME/EPP).
Objeto: Serviços de Locação de equipamentos CFTV e Vigilância Eletrônica. Dia da Licitação: 06 de junho de 2017 às 09:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 24/05/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0233 - PEM.
Objeto: Fluidos de Perfuração. Dia da Licitação: 05 de junho de 2017 às 09:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 23/05/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
Concorrência Nº CPLI.1020170024
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Santa Maria do Suaçuí / MG. A Comissão conheceu do recurso interposto pela empresa SANEURB CONSTRUTORA LTDA., por ser tempestivo e próprio e opinou por negar provimento ao recurso e, via de consequência, manter a decisão que inabilitou a recorrente. Ratificação da decisão acima recomendada pelo Procurador Jurídico da COPASA MG. Decisão ratificada pela Diretora Presidente da COPASA MG. Pelo exposto a Sessão de Abertura de Proposta Comercial, das empresas habilitadas, será realizada no dia 26/05/ 2017 às 14:30 horas, no mesmo local previsto no item 1.1 do Edital.
A DIRETORIA

**23 cm -22 964505 - 1**

## Secretaria de Estado de Cultura

Extrato de publicação do 1º Termo Aditivo ao Convenio de Cooperação Financeira nº 1271000164/2016, com a finalidade de prorrogação de vigência até 11 de maio de 2018, celebrado entre Secretaria de Estado de Cultura e a Prefeitura Municipal de Mutum, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 31/05/2016, página 50, Editais e Avisos. Assinatura: 22/05/2017.

**2 cm -22 964260 - 1**

## Fundação Clóvis Salgado

Fundação Clóvis Salgado – FCS

Contrato Nº 89/2017 – Entre a Fundação Clovis Salgado/FCS e Editora DRP Ltda - EPP; Objeto: Permissão de Uso da Serraria Souza Pinto; Vigência: 03 (três) meses; Valor: R$ 32.300,00; Signatários: Augusto Nunes-Filho/FCS e Reider de Freitas Starling.

**2 cm -22 964427 - 1**

## Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Termo de Homologação de Pregão Eletrônico

Processo de Compras n° 1651002 000002/2017. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, instalação e treinamento para colocação em pleno funcionamento de circuito fechado de TV-CFTV, monitorado 24 horas por dia, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários em comodato, e manutenções preventivas e corretiva mensais com reposição de peças e atualização de software quando necessário. O Ordenador de Despesa da SEDPAC, no uso de suas atribuições e baseado nas informações do processo em epígrafe, HOMOLOGA os procedimentos relativos ao Pregão e a adjudicação feita pela pregoeira à empresa vencedora, Método Mobile Comércio e Serviços em Telecomunicações Ltda, CNPJ 07.343.712/0001-52, do Lote única da licitação. Valor do Lote: R$ 14.999,99 (catorze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
Belo Horizonte, 22 de maio de 2017.
Gabriel dos Santos Rocha
Secretário Adjunto de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

**5 cm -22 964499 - 1**

## Secretaria de Estado de Esportes

3º Termo Aditivo ao Convênio nº 379/2014, EMG/SEESP e o Município de Lambari. Objeto: Ampliar metas e prorrogar a vigência do convênio em questão, que vigorará até 24/06/2018. Assinatura: 22/05/2017.

**1 cm -22 964221 - 1**

## Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 9043284/2015 (Processo de Compra: 1501558 308/2015) Partes: SEPLAG e Empresa P&P TURISMO LTDA EPP. Objeto: Acréscimo de 23,9852%. Valor acrescido: R$57.417,00. Assinam: César Cristiano de Lima, pela SEPLAG e o Sr. Fábio José Tavares, pela contratada.

6° Termo Aditivo ao Contrato n° 1220/2012 (Processo de Compra: 1501122 92/2012) Partes: SEPLAG (UAI CARATINGA) e MGS. Objeto: prorrogação excepcional de vigência. Vigência: 06 meses, 04/05/2017 a 03/11/2017. Dotação Orçamentária: 1501 04 122 149 4478 0001 339039 60 10 1 0. Valor: R$ 1.049.363,34. Assinam: Itaner Debossan, SEPLAG; Carlos Vanderley Soares e Danilo Santos Xavier Guimarães, pela MGS.

Retificação da publicação do dia 09.05.2017 - 2º TA ao Contrato n.º9034222/2015 (UAI CURVELO). Onde se lê: "Contrato nº9084222/2015"; Leia-se: "Contrato nº 9034222/2015".

5° Termo Aditivo ao Contrato n° 1221/2012 (Processo de Compra: 1501122 93/2012) Partes: SEPLAG (UAI ARAÇUAÍ) e MGS. Objeto: prorrogação excepcional de vigência. Vigência: 06 meses, 04/05/2017 a 03/11/2017. Dotação Orçamentária: 1501 04 122 149 4478 0001 339039 60 10 1 0. Valor: R$ 1.025.263,62. Assinam: Itaner Debossan, SEPLAG; Carlos Vanderley Soares e Danilo Santos Xavier Guimarães, pela MGS.

**6 cm -22 964650 - 1**

## Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais

RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Decido, no uso das atribuições legais delegadas pela Portaria da Presidência 001/2015, de 26 de janeiro de 2015, com base no Relatório emitido pela Pregoeira devidamente ratificado pela Assessoria Jurídica: 1) Negar provimento ao recurso interposto pela empresa Auditsafe Auditoria e Consultoria em Riscos Corporativos Ltda. – CNPJ nº: 07.698.985/0001-10. 2) Manter o resultado da sessão do pregão, conforme Ata de Realização do dia 8 de maio de 2017. 3) Adjudicar o objeto à empresa Certisign Certificadora Digital S/A – CNPJ nº 01.554.285/0001-75. 4) Declarar vencedora do certame, para o lote único, a empresa Certisign Certificadora Digital S/A – CNPJ nº 01.554.285/0001-75, no valor de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais). 5) Homologar o processo Pregão Eletrônico nº 007/2017, para contratação de serviços de consultoria normativa e técnica em soluções de segurança, considerando a elaboração de documentos para atender aos requisitos e normas de segurança estabelecidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) de acordo com os documentos DOC-ICP-02, DOC-ICP-04 e DOC-ICP-05, com transferência de conhecimento para a Prodemge sobre os frameworks e metodologias aplicadas no desenvolvimento dos trabalhos, visando compor o processo de credenciamento da Prodemge como Autoridade Certificadora de 1º Nível (AC-1) na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) objetivando transformá-la em seu próprio Prestador de Serviço de Suporte (PSS). Belo Horizonte, 22 de maio de 2017. Pedro Ernesto Diniz - Diretor - Diretoria de Infraestrutura e Produção. Paulo de Moura Ramos – Diretor Presidente – Presidência.

**6 cm -22 964574 - 1**

RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 013/2017
Nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8666/93, ratifico o processo de Inexigibilidade de Licitação nº 013/2017, com amparo nas disposições contidas no inciso I do Artigo 25, com vistas à contratação da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S/A, CNPJ 33.224.254/0001-42, para prestação de serviços de limpeza e conservação por metro quadrado com fornecimento de materiais de limpeza de higiene pessoal e equipamento para execução de serviços para atender a Unidade Bahia, Unidade Augusto de Lima e Unidade Parque Gráfico, pelo período de 12 (doze) meses, no valor total estimado de R$ 1.918.344,72 (um milhão, novecentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Belo Horizonte, 18 de maio de 2017. Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor - Diretoria de Gestão Empresarial. Paulo de Moura Ramos - Diretor-Presidente - Presidência.

**3 cm -22 964218 - 1**

A PRODEMGE comunica que está realizando o Pregão Eletrônico nº 016/2017, processo nº 5141001-112/2017, para contratação de serviços de manutenção e suporte para equipamentos e soluções de rede pelo prazo de 12 (doze) meses, objetivando garantir a continuidade dos serviços de rede da Cidade Administrativa. Especificações e demais condições de participação constam no Edital a disposição dos interessados nos sites: www.compras.mg.gov.br ewww.prodemge.gov.br ou na Gerência de Aquisições da Prodemge, Prédio Gerais, 4º Andar, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – CAMG, BH/MG. Data da sessão: 05 de junho de 2017 às 09:30 horas. Belo Horizonte, 22 de maio de 2017. Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor - Diretoria de Gestão Empresarial. Pedro Ernesto Diniz – Diretor - Diretoria de Infraestrutura e Produção. Paulo de Moura Ramos - Diretor Presidente – Presidência.

**3 cm -22 964266 - 1**

RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 015/2017
Nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8666/93, ratifico o processo de Inexigibilidade de Licitação 015/2017, com amparo nas disposições contidas inciso I do Artigo 25, com vistas à contratação da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S/A, CNPJ 33.224.254/0001-42, para prestação de apoio administrativo e operacional para atender a Unidade Bahia, Unidade Augusto de Lima e Unidade Parque Gráfico, pelo período de 12 (doze) meses, no valor total estimado de R$ 8.521.990,80 (oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos). Belo Horizonte, 18 de maio de 2017. Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor - Diretoria de Gestão Empresarial. Paulo de Moura Ramos - Diretor-Presidente - Presidência.

**3 cm -22 964213 - 1**

RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 014/2017
Nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8666/93, ratifico o processo de Inexigibilidade de Licitação nº 014/2017, com amparo nas disposições contidas no inciso I do Artigo 25, com vistas à contratação da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S/A, CNPJ 33.224.254/0001-42, para prestação de serviços gerais para atender a Unidade Bahia, Unidade Augusto de Lima e Unidade Parque Gráfico, pelo período de 12 (doze) meses, no valor total estimado de R$ 6.166.324,44 (seis milhões, cento e sessenta e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Belo Horizonte, 18 de maio de 2017. Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor - Diretoria de Gestão Empresarial. Paulo de Moura Ramos - Diretor-Presidente - Presidência.

**3 cm -22 964219 - 1**

Extrato do Termo Aditivo nº PS-794/17-01 firmado em 17/04/2017 entre a FAPEU e a PRODEMGE. Objeto: Prorrogação da vigência contratual.
Extrato do Contrato nº ME-214/17 firmado em 16/05/2017 entre a CIMCORP e a PRODEMGE. Objeto: Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico para equipamentos de rede do tipo switches e roteadores.- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico 003/2017 Valor total: R$ 2.449.800,00. Vigência: 36 meses.
Extrato do Contrato nº AE-169/17 firmado em 27/04/2017 entre a KRYPTUS e a PRODEMGE. Objeto: Aquisição de 04 (quatro) módulos de segurança criptográfica (MSC ou do inglês Hardware Security Module – HSM) incluindo garantia, suporte e manutenção, instalação e configuração- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico para Registro de Preços 027/2016 Valor total: R$ 145.000,00. Vigência: 36 meses.
Extrato do Termo Aditivo nº SC-001/17 firmado em 04/05/2017 entre a CS BRASIL e a PRODEMGE. Objeto: Reajuste de preços contratual.
Extrato do Termo Aditivo nº DM-195/14-03 firmado em 10/04/2017 entre a SOFTTEK e a PRODEMGE. Objeto: Prorrogação e reajuste contratual.
Extrato do Termo Aditivo nº 496/2014-05 (ATUAL SC-024/17) firmado em 14/04/2017 entre a STOQUE e a PRODEMGE. Objeto: Prorrogação da vigência e acréscimo de 20%
Extrato do Termo Aditivo nº 9053997/2017 firmado em 26/04/2017 entre a HEBERTH GOMES e a PRODEMGE. Objeto: Prorrogação da vigência, desconto no valor do contrato e inclusão da clausula de extinção do contrato.
Extrato do Contrato nº PS-827/17 firmado em 12/04/2017 entre a CEMIG e a PRODEMGE. Objeto: Fornecimento de energia elétrica e de conexão das instalações da unidade de consumo- Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017 Valor total: R$3.600.000,00. Vigência: 60 meses.

**7 cm -22 964591 - 1**

## Minas Gerais Administração e Serviços S.A

MGS
Minas Gerais Administração e Serviços S.A.

**ERRATA**
**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**
**CNPJ: 33.224.254/0001-42**

Na publicação das Demonstrações Contábeis de 31/12/2016 da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., no Diário Oficial "Minas Gerais" do dia 08/03/2017 às fls. 22 e 23, **onde se lê**: Capital Social R$37.782.631, **leia-se:** Capital Social R$24.560.206 e Aumento de Capital R$13.222.425, permanecendo inalterado o total do Patrimônio Líquido em relação à publicação anterior. Na data base de 31 de dezembro de 2016 o Capital Social correspondia ao mesmo valor existente em 31 de dezembro de 2015.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Notas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| Capital social | 24a | 24.560.206 | 24.560.206 |
| Aumento de capital | 24a | 13.222.425 | - |
| Reservas de lucros | 24b | 2.898.665 | 9.235.146 |
| Total ..... | | **40.681.296** | **33.795.352** |

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido passa a apresentar-se:

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
**(Em Reais - Com centavos omitidos)**

| | | | Reservas de Lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital Social | Aumento de Capital | Reserva Legal | Retenção de Lucros | Lucros (Prejuízos) acumulados | Patrimônio Líquido Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2014** | **24.560.206** | **-** | **2.554.368** | **12.598.690** | **-** | **39.713.264** |
| Prejuízo do exercício ..... | - | - | - | - | (5.917.912) | (5.917.912) |
| Compensação do prejuízo do exercício | - | - | - | (5.917.912) | 5.917.912 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2015** | **24.560.206** | **-** | **2.554.368** | **6.680.778** | **-** | **33.795.352** |
| Lucro líquido do exercício ..... | | | | | 6.885.944 | 6.885.944 |
| Constituição de reserva legal ..... | - | - | 344.297 | - | (344.297) | - |
| Aumento de capital com reservas e lucros ..... | - | 13.222.425 | - | (6.680.778) | (6.541.647) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2016** | **24.560.206** | **13.222.425** | **2.898.665** | **-** | **-** | **40.681.296** |

E a Nota Explicativa 24, às Demonstrações contábeis passa a ter a redação abaixo:

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital social**

O capital social de R$ 24.560.206 em 31/12/2016 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como único Acionista o Estado de Minas Gerais, com a extinção do antigo Acionista Imprensa Oficial do Estado de MG, que detinha a participação de 1%, nos termos da Lei Estadual nº 22.285/2016.

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| Capital social | 24.560.206 | 24.560.206 |
| Aumento de capital | 13.222.425 | - |
| Reserva legal | 2.898.665 | 2.554.368 |
| Retenção de lucros | - | 6.680.778 |
| **Totais** | **40.681.296** | **33.795.352** |

**Destinação dos Lucros**
Em conformidade com a Lei das S.A., alterada pela Lei 11.638/07, foi proposto aumento do Capital Social no montante de R$ 13.222.425, mediante capitalização integral do lucro do exercício (R$ 6.541.647) e reservas de lucros (R$ 6.680.778).

**b) Reservas de Lucros**
As reservas de lucros são compostas em sua totalidade por reserva legal no valor de R$ 2.898.665, constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício e de períodos anteriores, não excedendo a 20% do Capital Social.

Conselho de Administração
Diretoria Executiva
Walter Pereira de Castro
Contador CRCMG 065070/O-0
**SOLTZ, MATTOSO & MENDES**
Auditores Independentes
CRCMG Nº 002.684/O

**22 cm -22 964614 - 1**

MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO HOMOLOGADO

Pregão Eletrônico nº: 021/2017

Objeto: Registro de preços de açúcar e adoçantes

Empresas adjudicatárias: COMERCIAL BOA OPÇÃO LTDA (CNPJ 65.211.229/0001-10), Lotes 01 e 02, Valor: R$58.842,80; R M LANZA DOS SANTOS COMÉRCIO - EPP (CNPJ 21.767.486/0001-68), Lote 03, Valor: R$1.028,40.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2017.

Equipe do Pregão da MGS

**3 cm -22 964527 - 1**

MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

Pregão Eletrônico nº: 014/2017

OBJETO: Registro de Preços de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) – luva de proteção hipoalergênica

ATA nº 001 assinada com a empresa: Indústria e Comércio Leal Ltda. (CNPJ 61.353.199/0012-89), Lote único, Valor: R$1.268.500,00.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2017.

Equipe do Pregão da MGS

**3 cm -22 964200 - 1**

*Aedes aegypti:*
*esta praga pode matar.*